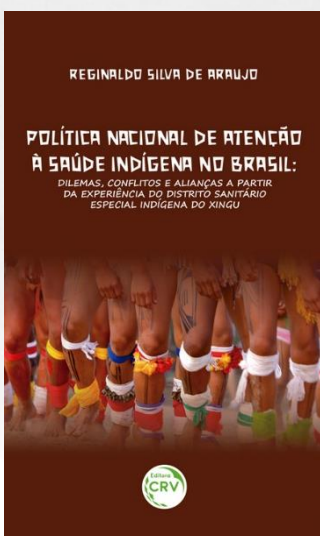


RESENHA

## Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena no Brasil: dilemas, conflitos e alianças a partir da experiência do Distrito Sanitário especial indígena do Xingu

Ana Carolina Magalhães Rocha<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso



ARAUJO, Reginaldo Silva de. *Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena no Brasil: dilemas, conflitos e alianças a partir da experiência do Distrito Sanitário especial indígena do Xingu*. Curitiba: CRV, 2019.

MAGALHÃES ROCHA, Ana Carolina. *Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena no Brasil: dilemas, conflitos e alianças a partir da experiência do Distrito Sanitário especial indígena do Xingu*. (Resenha). *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (15): 401-404, setembro a dezembro de 2020. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Graduada em Biologia com licenciatura plena pela UFMT. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMT.

O livro de Reginaldo Araujo traz a etnografia que foi a base de sua tese de doutorado, transformada em um livro que promove o debate a respeito das políticas públicas dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, em destaque o DSEI Xingu, o primeiro a ser implantado. Sua trajetória pelo Xingu garantiu uma série de levantamentos etnográficos que revelam a importância do movimento social indígena e a participação nos espaços onde são discutidas e implementadas essas políticas públicas:

Os primeiros levantamentos etnográficos revelam que as relações e as negociações entre o movimento social indígena e agentes do Estado nacional estabeleceriam o que Cardoso de Oliveira (2000b) comumente chamou de “diálogo interétnico”. (p. 21)

Também são discutidos parâmetros de outros autores a respeito desse espaço onde se estabelece uma relação entre o líder indígena e o agente ligado a alguma organização estatal, pois permite formas de alianças políticas que sejam favoráveis à etnia indígena, quando há interesses pertinentes das partes.

Partindo dos direitos reivindicados por líderes indígenas e amparos legais inscritos na constituição de 1988, o governo federal implementou, a partir de 1999, a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASPI), por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI/FUNASA), garantindo através do SUS a “participação na gestão” e “atenção diferenciada” e o “controle social” sobre a política. O DSEI permitiria aos grupos aldeados das Terras Indígenas do Xingu, assistência à saúde por meio do novo modelo sanitário (p. 22). O autor privilegia esse momento de implementação e implantação de uma política sanitária, pois tratava-se de um trabalho pioneiro de identificar dificuldades, conflitos, convergências, ligados a líderes indígenas e agentes sociais ligados a Fundação Nacional de Saúde e organizações ligadas ao processo de implementação.

Tratando-se de uma investigação etnográfica, a pesquisa se moldou em uma coleta de dados qualitativos, acompanhados de observação participante dentro de encontros, seminários e reuniões em que a pauta era a discussão sobre as condições de saúde oferecidas às populações indígenas xinguanas (p. 24). O autor deixa evidente a importância do discurso político, como uma tática onde a população indígena se organiza em representações e falas singulares, autenticando uma abordagem política própria e não se limitando as vozes de outros representantes distantes de sua cultura étnica. Traz também a noção de como o poder político e chefia são exercidos nas relações e mediações *intra* e *inter*-aldeias.

Na I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio (1986), as condições sanitárias indígenas foram definidas como insatisfatórias, apontando surtos epidêmicos de doenças, desnutrição, danos psíquicos por grande incidência de alcoolismo, saúde bucal precária, más condições de saneamento básico, levando também em consideração a perda de território e danos nas técnicas tradicionais de subsistência (p. 45). As conclusões desta conferência, foram inseridas ao novo modelo de atenção à saúde indígena e fomentadas nas conferências que seguiram, tendo em vista que todas as ações de saúde que já haviam sido realizadas histori-

camente aos povos indígenas, eram eventualmente realizadas em épocas específicas, tirando o crédito de uma atenção maior ao planejamento de cuidados à saúde indígena, desconsiderando um sistema mais eficaz e produtivo. Por isso a necessidade fomentada pelo autor de uma reordenação de serviços públicos sanitários para esses povos, que há muito tempo têm sido esquecidos em seus direitos básicos de saúde.

O livro traz relatos de fatos acompanhados pelo autor, que atenta para a importância do discurso dos líderes e movimentos políticos indígenas, trazendo à tona o discurso representado pelo próprio nativo. Araújo vai esculpindo uma reflexão, partindo desses pressupostos, em cada ação dos serviços de saúde destinados aos povos xinguanos, a implementação da PNASPI, a terceirização da própria e os problemas que isso causou à população. Como a assistência médica oferecida pela Escola Paulista de Medicina que, em 2004, passou a trabalhar com a organização indígena IPEAX, dentre outros desmontes e implementações de estruturas hospitalares na Terra Indígena do Xingu.

Além de ressaltar importantes organizações e marcos para a um modelo dos distritos sanitários pensados para áreas indígenas, o autor enfatiza a ideia de que os resultados colhidos de uma nova reforma sanitária são frutos de dois movimentos que se fortaleceram em 1980: o da reforma sanitária brasileira e o movimento social indígena (p. 91). Mediante isso, o autor elabora uma crítica baseando-se no discurso genérico das organizações do estado ao se comprometerem com o seu papel social e das ações voltadas à saúde indígena, ao deixarem de atuar na supervisão dos programas e na insuficiência ao articular com a realidade desses povos.

Na época do trabalho, havia um vácuo quando se tratava de uma ação consistente de discussões, formulações realmente voltadas a saúde indígena, mas apesar disso o autor faz relatos de “bons projetos” de intervenções nas aldeias indígenas. Houve projetos e equipes bem-intencionadas que, infelizmente, por falta de respaldo e de uma formação genuína para os indígenas que estavam participando. Causava preocupação aos profissionais de que os indígenas que estavam inscritos nos programas de capacitação e a equipe que estava em campo como treinadores não conseguiria conscientizá-los sobre a ideia central da capacitação. Ele cita como exemplo, capacitação de auxiliar de enfermagem. A preocupação era de que os indígenas inscritos no programa não entendessem o propósito de controle social e se tornassem apenas mão de obra barata para o distrito, o que não era a proposta da capacitação (p. 96).

O que de fato é pertinente nas ações e projetos ligados à saúde indígena é a falta de recursos financeiros, ou até mesmo desvios quando aplicados em alguns projetos (ou a fiscalização verdadeira dos tais). Isso nunca foi segredo para quem acompanha a batalha do povo indígena por seus direitos básicos e o autor nos traz como um problema real em seu texto. Outro fator que é colocado e que gerava conflito era a discordância entre as lideranças indígenas e agentes públicos em tomadas de decisões. Reconhecemos em sua fala a crítica quanto a desvalorização do posicionamento quanto aos agentes públicos no posicionamento dos líderes indígenas, trazendo divergência na proposta de uma discussão igualitária na construção de uma decisão unânime. Todas as discussões e argumentos do livro nos levam a refletir que, apesar da implementação de um novo modelo político de atenção à saúde indígena no Brasil, o cenário ainda mostra algumas falhas e descasos com a população xingwana e isso nos faz crer na necessidade de uma

maior credibilidade na participação de líderes e vozes indígenas em todos os campos de negociação de novas políticas públicas ou qualquer tomada de decisões relacionadas às etnias indígenas.

*Recebido em 29 de agosto de 2020.  
Aprovado em 13 de dezembro de 2020.*

**ACENO**  
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE  
ISSN: 2358-5587

*A Aceno recebe em*  
**FLUXO CONTÍNUO,**  
artigos livres,  
resenhas,  
ensaios fotográficos,  
dossiês (propostas).  
*Interessados em atuar como*  
**pareceristas**  
*podem realizar seus cadastros no site*

**ACENO**  
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE  
ISSN: 2358-5587

VOLUME 8  
NÚMERO 17  
(MAI./AGO. 2021)

**CHAMADA DE ARTIGOS**  
DOSSIÊ TEMÁTICO:  
**RETOMADAS E RE-EXISTÊNCIAS**  
**INDÍGENAS, NEGRAS E QUILOMBOLAS**

COORDENADORXS:  
SONIA REGINA LOURENÇO (PPGAS/UFMT)  
CAUÊ FRAGA MACHADO (NUPACS/UFRGS)  
SANDRO JOSÉ DA SILVA (PGCS/UFES)

**PRAZO FINAL  
DE SUBMISSÃO:  
30 DE ABRIL  
DE 2021**